

O ESTADO DE S. PAULO

Diretor: Ruy Mesquita
Diretoria Executiva: Célio V. Santos Filho, Elói Gertel, Sandro Vaia

CLASSIFICADOS POR TELEFONE: 3855-2001

VENDAS DE ASSINATURAS
Capital: 3858-9000
Demais localidades: 0800-14-9000CENTRAL DE ATENDIMENTO AO LEITOR
3856-5400
falecom@estado.com.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Capital: 3959-8500 Demais localidades:
0800-14-77-20
www.assinante.estado.com.br
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JORNALEIRO:
0800-11-00-94 - www.jornaleironline.com.br
CENTRAL DE ATENDIMENTOS ÀS AGÊNCIAS DE
PUBLICIDADE 3856-2531 - cia@estado.com.br

PREÇOS VENDA AVULSA

SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). DF: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). ES, RS, GO e MT: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 5,80 (domingo). MS: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 4,20 (domingo). BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 4,00 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 4,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,20 (domingo).

Esquerda e populismo na América Latina

Fernando Henrique Cardoso



A julgar pela maioria das análises acadêmicas e artigos publicados sobre as últimas eleições, a esquerda teria feito um retorno à cena em grande estilo na América Latina. Esta versão esquemática dos fatos vinha sendo amplamente aceita. Agora surgem interpretações mais sofisticadas da paisagem política.

Jorge Castañeda, que foi chanceler do México, discerne matizes. Em artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, distingue duas esquerdas: uma "tem raízes radicais, mas hoje está moderna e aberta, ao passo que a outra é fechada e fortemente populista". Para Castañeda, a primeira esquerda, representada por líderes tais como a chilena Michelle Bachelet e o presidente Lula, seria "boa" e deveria por isso ser fortalecida pela comunidade internacional; já a segunda vertente pouco ou nada teria do ideário de esquerda. Significaria a volta do velho populismo autoritário, representado por figuras como Hugo Chávez, Evo Morales e Néstor Kirchner. Embora veja méritos na análise de Castañeda, acho que

O que vejo é um antiamericanismo e hesitação quanto a caminhos a seguir

o panorama da região é mais nuancado e complexo.

Numa recente entrevista, Kenneth Maxwell, brasileiro britânico, oferece uma perspectiva mais abrangente e menos alentadora. Para ele, "a esquerda não é uma categoria que possa ser muito útil ou adequada" para interpretar a realidade atual. Muito menos se poderia falar com propriedade de uma esquerda "errada" e de outra "certa": o presidente Lula, por exemplo, teria passado da categoria de esquerda "errada", ainda em 2002, para se converter à esquerda "certa" nos últimos anos (para muitos, digo eu, perdendo mesmo qualquer referencial de esquerda). O que estaria ocorrendo na América Latina seria uma crise de governabilidade, sem produzir um movimento uniforme na direção da esquerda. Na região há, em cada país, um "mosaico de respostas específicas a estruturas políticas decadentes e aos cada vez mais altos níveis de desigualdade social e exclusão social".

Concordo com a visão de Maxwell. É na história das transformações sociais, políticas e econômicas de cada país, bem como nas opções ideológicas escolhidas por seus líderes, que devemos buscar a explicação do que está ocorrendo. Mas, penso eu, a distinção entre esquerda e direita continua útil para a análise. Embora a esquerda atual não insista no controle coletivo

dos meios de produção e reconheça o dinamismo das forças de mercado, o ideal de uma sociedade mais igualitária e de ampliação dos canais de participação da sociedade civil permanece como um critério para o alinhamento político. Assim como me parece certo que a esquerda atual rejeita a idéia do partido-dinamo, força quase exclusiva da mudança social, e afasta as tentações de diminuir a importância do Estado de Direito e das instituições representativas em benefício da mobilização das massas.

Para mim, o governo de Michelle Bachelet representa o que hoje se deve chamar de esquerda. Quarta presidente eleita no Chile pela "Concertación Democrática" – aliança essencialmente de dois partidos tradicionais, o Socialista e o Democrata-Cristão, que foram rivais no passado, mas têm sido capazes de se renovar para dar continuidade e rumo ao Chile –, dirige um país que exhibe boas taxas de crescimento econômico, respeito absoluto ao Estado de Direito, aumento da participação popular e implementação de políticas de redução da pobreza.

Em contraste, os presidentes Hugo Chávez, da Venezuela, e Tabaré Vázquez, do Uruguai, representam, conquanto de forma bem distinta, fenômeno justamente oposto ao do Chile: a falência do sistema político tradicional, num caso, e, no outro, o cansaço do eleitorado com os partidos tradicionais, embora sem ruptura do sistema político. Tabaré Vázquez é o primeiro presidente eleito em muitas décadas que não pertence aos Partidos Blanco ou Colorado, que governavam havia mais de cem anos. Seu governo tem oferecido políticas públicas prudentes e sensatas, bem como anunciado sua intenção, surpreendente, de se aproximar economicamente dos Estados Unidos. Chávez, ao contrário, faz da retórica antiamericanista sua principal bandeira aglutinadora das massas. Declara-se um "outsider" da política tradicional, sem filiação partidária, um militar cujo poder aumenta com referendos e plebiscitos convocados ao sabor dos acontecimentos e da conveniência política. O que há de esquerda em Chávez, com seu discurso antiamericano que contrasta, na prática, com a postura realista de vender o petróleo venezuelano ao país do norte?

O presidente Evo Morales, da Bolívia, é um caso distinto. A crise de governabilidade é crônica na Bolívia. O ineditismo da situação é que Morales pode reivindicar autênticas ligações com os movimentos étnicos. Pela primeira vez o eleito escolheu um presidente indígena, este é o verdadeiro significado de sua eleição. Impor-

ta secundariamente se ele é de esquerda, de qual esquerda, eventualmente de direita, ou se é populista em seus métodos e em sua retórica. É inegável que a forma que escolheu para nacionalizar os ativos das empresas estrangeiras que exploram gás e petróleo na Bolívia, com fanfarras e ocupação militar, dão sinais de um populismo ultrapassado. Se ficar nisso, não fará o que a História espera dele: que negocie com energia, mas sem insensatez, os recursos naturais da Bolívia para melhorar a vida do povo. Se, com uma atitude objetiva, levar mais investimentos e reduzir a pobreza, o povo o reconhecerá como um dirigente à altura dos desafios simbólicos e práticos de seu país.

O presidente Néstor Kirchner é peronista, como o "neoliberal" Carlos Menem dos anos 1990 e o presidente Eduardo Duhalde, mais recentemente. De novo cabe a pergunta: o que há de esquerda no peronismo, que sobrevive à morte, há mais de 30 anos, de seu fundador, Juan Perón, que encarnou como ninguém o populismo latino-americano?

Não consigo enxergar, nesses casos, uma reviravolta à esquerda na América Latina. Fosse o Chile o exemplo, ou mesmo o Uruguai de Tabaré Vázquez, caberia o qualificativo. O que vejo hoje em alguns países é um antiamericanismo com um retorno gradual ao populismo e, noutros, muita hesitação quanto aos caminhos a serem seguidos. O populismo é uma forma insidiosa de exercício de poder que se define essencialmente por prescindir da mediação das instituições, do Congresso, dos partidos e por se basear na ligação direta do governante com as massas, cimentada na troca de benesses.

A ameaça do retorno do populismo à América Latina e, mais especificamente, à América do Sul não trará escolhas fáceis ao Brasil e ao governo atual. Havíamos concebido a integração econômica e política da América do Sul, nos anos 90, com base nos princípios da democracia política e da economia de mercado. O exercício da integração econômica facilitaria nossas respostas ao desafio da globalização. Todo este edifício pode ter suas bases solapadas se o populismo voltar à região, travestido de esquerdismo, trazendo consigo o jogo de rivalidades antigas e muitas vezes pessoais, em lugar da cooperação institucional entre nações.●

Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, foi presidente da República

Pactuado por cima, rachado por baixo

Gaudêncio Torquato



Quando o clima esquenta, o conceito de pacto emerge como salvação da Pátria. Às vezes adquire nova forma de expressão, mas o sentido é sempre o mesmo. Agora é o termo *concertação*, neologismo de origem espanhola, que sai da expressão do ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, e do discurso do senador Jefferson Peres (PDT-AM) para interpretar a necessidade de amplo entendimento político/partidário com vista à garantia da governabilidade na próxima quadra governamental. Genro começa a trabalhar para garantir sólida base de apoio ao segundo mandato de Luiz Inácio, sinalizando certeza na vitória do presidente que assessora. Ao defender um pacto entre os grandes partidos nos moldes do que se praticou no Chile, e cujos efeitos se fazem sentir na solidez econômica e na estabilidade política daquele país andino, Peres se esforça para afastar as nuvens de instabilidade que, circunstancialmente, surgem nos céus brasileiros.

As condições para se chegar a uma *concertação* eficaz são inviáveis. A começar pela moldura partidária. A cláusula de barreira, pela qual as legendas só sobreviverão caso consigam obter, no mínimo, 5% dos votos para a Câmara dos Deputados no âmbito nacional, sendo pelo menos 2% em nove Estados, deverá enxugar as atuais 29 siglas para cerca de 10. O que não será suficiente para se obter consenso. Os quatro grandes partidos – PMDB, PT, PFL e PSDB – e os outros seis com possibilidade de superar a barreira do de-

sempenho (PP, PSB, PDT, PTB, PL e PPS) não mudarão de cara, caso não sejam disciplinados pela fidelidade partidária, fundamental para a moralização de costumes. Seja presidente Lula ou Alckmin, o presidencialismo de coalizão continuará navegando em águas turbulentas, sujeito à distribuição de novos trocados, mantidas as atuais regras partidárias.

Qualquer pacto só alcançará eficácia se estiver ancorado nas lições da crise. Entre estas, a de que o atual sistema político já deu o que tinha que dar. Precisa de recauchutagem. A indignação social expandiu-se a tal ponto que político e coisa nenhuma se equivalem. Uma engenharia de mudanças se instala no sistema cognitivo nacional para abrir horizontes na marra. A começar pelo povoamento do Congresso Nacional. Bancadas corporativas, eleitas para atender a setores específicos, se ampliarão. O agigantamento das demandas e carências de segmentos marginalizados; a contrariedade social, decorrente de fatores como impunidade, corrupção e expansão da violência; e a deterioração de serviços públicos nas três esferas da Federação tornam mais aguda a percepção social.

Nessa encruzilhada marcam ponto movimentos articulados. Dentro dela, a *concertação* social, feita à revelia dos governos, ganha corpo. Milhares de organizações não-governamentais (há cerca de 300 mil ONGs registradas pelo IBGE) acolhem demandas de setores. Algumas agem sob inspiração ideológica. Massas rurais acampadas do MST já chegam ao milhão de famílias. Dá para

enxergar, ainda, uma avalanche que ganha força no espaço de classes médias, insatisfeitas com a queda do poder de compra. Em 1981 eram 42,53% da população. Hoje giram em torno de 36%. Cerca de 15 milhões entraram na faixa da pobreza. Eis o retrato que escapa à percepção dos sensores políticos.

O que seria de um país pactuado por cima e rachado por baixo? Se um segundo governo do PT tiver de enfrentar graves distúrbios políticos, como se prenuncia, dá para imaginar que alguns movimentos, como o MST, fariam muito barulho com uma vitória de Alckmin. Por isso mesmo, os cultores da *concertação* deveriam mirar o olho direito no poder centrífugo, a partir do Congresso, sem tirar o esquerdo das forças centrífugas, que começam a lubrificar armas e armazenar provi-

As condições para se chegar a uma 'concertação' eficaz são inviáveis

sões. Somos uma sociedade policrática, em que os centros de poder se espalham dentro do Estado. Uma questão inquietante: a força da organização social enfraquece a democracia representativa? Só quando passa a substituir o poder político.

A formação de novos centros de poder é um fato no Brasil e tem como causa a pobreza da ação parlamentar. O povo se afasta da instituição política e busca outros meios para dar vazão às demandas. Os partidos são entes amorfos, tijolos podres que não dão firmeza a nenhum pacto. Servem como cobertores aos fulanos. O personalismo se atola no fundo do poço. As sobras de fé e esperança desemboçam na seara de poucos moicanos comprometidos com idéias (entre 10% e 15% apenas) e bancadas corporativas. O ministro Tarso Genro e o senador Jefferson Peres podem concluir que a *concertação*, no Brasil, só ocorrerá mesmo após o concerto (agora com s) do sistema político e dos buracos na estrada social.●

Gaudêncio Torquato, jornalista, é professor titular da USP e consultor político. E-mail: gautor@gtmarketing.com.br

SINAIS PARTICULARES

LEO MARTINS



Alan García, candidato a presidente do Peru

FÓRUM DOS LEITORES

ENDEREÇO
Avenida Eng. Caetano Álvares, 55, 6.º andar, CEP 02598-900FAX:
011 3856-2920E-MAIL:
forum@estado.com.br

Lula não ganha

Pesquisas de vitória no primeiro turno, cinco meses antes da eleição, o Maluf já ganhou todas, e sem Copa do Mundo no meio. As pretensões de Serra e de Aécio para 2010 vão afundar. Um segundo governo Lula pior que o primeiro – se é que é possível ser pior – ficará no sonho. O desgaste da imagem do PT e do seu mandante maior é irreversível no curto prazo. Os carimbos de incompetência, tibieza e frouxidão moral já estão apostos. Não são visíveis nas pesquisas quantitativas por não serem o objetivo destas. Faça-se uma pesquisa qualitativa em que se sonde a alma do povo, emulando os Correios, o mensaleiro, os 40 ladrões, os latidos do Morales, as gafes, a cachaca, etc., e teremos um quadro do que realmente

pensa o povão, que é iletrado, mas não é surdo nem cego. Faça-se a qualquer eleitor a pergunta, que eu fiz a muitos, pessoal e hipotética, sobre a qual dos candidatos ele confiaria sua família e suas posses na sua falta, e ficariam claros os carimbos, justos ou injustos. Alckmin é um sujeito de muita sorte, pois a ele caberá ser o anti-Lula.
J. R. MONTEIRO
jrmonteiro279@yahoo.com
São Paulo

É impressionante como algumas pessoas têm uma visão política tão obtusa e monocromática dos fatos. Será que alguém ainda duvida que Geraldo Alckmin será eleito presidente da República?
FREDERICO D'ÁVILA
frederico@fdaagropower.com.br
São Paulo

Ganha, sim...

Feliz ou infelizmente, as pesquisas estão certas. Lula será reeleito, com certeza. Mas vamos pesquisar o que eles tramam nos bastidores políticos. Nas republiquetas de bananas, de que o Brasil faz parte, com sua pseudodemocracia, todos os políticos, sem exceção, são farinha do mesmo saco – de podridão. Qualquer imbecil sabe que o dr. Alckmin é ruim de voto e só é conhecido politicamente em São Paulo graças ao falecido Mário Covas. O que fizeram? É dando que se recebe ou uma mão lava a outra! Nos acertos, empurraram o tucano para enfrentar o imbatível Lula. O PT continua na Presidência administrando os mensaleiros, enquanto o PSDB eleger os principais governadores. Inclusive o sr. Serra, aqui, em São

Paulo. Em 2010, nem com reza brava, ainda mais sem o caixa 2, o PT terá candidato para vencer a eleição presidencial. Qualquer um será derrotado por Fernando Henrique Cardoso, que lá ficará por mais oito anos. E nós, otários eleitores, ficamos nas ruas discutindo os resultados das pesquisas e preocupados com o futuro do País. O futuro do povo será péssimo. Mas o futuro dessa cambada de políticos, que cheiram a pizza apodrecida, além de estar traçado, será cada vez melhor. Lamentavelmente!
ROBERTO STAVALE
bobstai@dglnet.com.br
São Paulo

Votos de cabresto
É sabido, e reconhecido pelo próprio MST, que em 2002 eram 60

mil famílias acampadas e hoje esse número está em torno de 230 mil, ou seja, foi praticamente quadruplicado. Segundo Marina Santos, da coordenação do MST, o "crescimento" se explica porque os "os trabalhadores se organizaram nos acampamentos com a esperança de que Lula fosse resolver os problemas da reforma agrária". Como não resolveu, e a própria Comissão Pastoral da Terra reconhece que a reforma agrária regrediu em relação ao governo FHC, vem o governo Lula e, às vésperas da eleição presidencial, faz vazar a notícia de que "está estudando incluir trabalhadores rurais sem-terra no programa Bolsa-Família". Se isso se concretizar – e espero que a Justiça Eleitoral não permita tal disparate –, fica configurada a reedição

"moderninha" do voto de cabresto. Aliás, nem precisa concretizar-se, basta ter ventilado essa possibilidade e o atual presidente não só terá estimulado o "inchaço" do número de famílias acampadas, como terá encabrestado, no mínimo, uns 2 milhões de votos. Com a palavra a Justiça Eleitoral.
RODRIGO BORGES DE CAMPOS NETTO
rodrigonetto@rudah.com.br
Brasília

De cinismo

Quando Alckmin chamou Lula de cínico pelo desafio do presidente à oposição de que mostre na TV as cenas das CPLs que apuravam as fraudes e falcatruas governamentais, a Nação, estarecida, viu começar o primeiro round desta luta. Mais grave é o desapareço de